

Clipping n º 1289

, 16 Julho 2014 - 13:09:14

2 milhões ainda não têm a nova senha do INSS Prazo de cadastramento, feito no banco onde se recebe o benefício, vai até o dia 31 de dezembro. Os segurados do INSS que ainda não foram ao banco cadastrar a sua senha para ter garantido o direito de continuar recebendo o benefício têm até o próximo dia 31 de dezembro para regularizar a situação. Caso contrário correm o risco de deixar de ganhar o dinheiro. O cadastramento começou em maio de 2012 e até agora cerca de dois milhões de beneficiados, de um total de 31 milhões, ainda não fizeram a alteração. O cadastramento vale para quem recebe auxílio, pensão ou aposentadoria. O aviso de quem precisa fazer o cadastramento tem sido feito pelos bancos por meio de extratos bancários e cartas. Para cadastrar a nova senha, o segurado deve apresentar um documento de identificação com foto, como RG, CNH ou Carteira de Trabalho. O cadastramento é feito na agência bancária onde habitualmente se recebe o benefício do INSS. Não é preciso ir a um posto da Previdência Social, tampouco pagar taxa. Os segurados que não puderem ir às agências bancárias por motivos de doença ou dificuldade de locomoção devem alterar a senha por meio de um procurador devidamente cadastrado no INSS. O mesmo pode ser feito por quem estiver no exterior. Para se cadastrar, o procurador deverá comparecer a uma agência da Previdência Social com a procuração devidamente assinada. **EU EXISTO** / A prova de vida é uma forma de evitar que sejam feitos pagamentos indevidos, além de diminuir riscos de fraudes. As instituições financeiras que já operam com sistemas de biometria estão utilizando essa tecnologia, segundo o INSS. Quem já fez o cadastramento a partir de maio de 2012 não precisa refazê-lo. Fonte: Diário de São Paulo

Inclusão de tempo sem registro gera polêmica Questão controversa, a possibilidade de incluir período de trabalho em empresa sem o registro em carteira, na contagem de tempo para efeito de aposentadoria, é considerada difícil de ser aceita, e necessita que a pessoa recorra à Justiça, segundo especialistas. Isso é o que pretende fazer o aposentado José Roberto Niero, 59 anos, de São Caetano, que se aposentou em 2011, e quer a revisão do benefício para incluir período em que trabalhou em empresa sem ser registrado. Durante três anos (de janeiro de 1971 a dezembro de 1973) ele atuou em escritório de contabilidade que o manteve como trabalhador informal e, portanto, sem contribuir à Previdência Social. Niero disse que somente no início de 1974 conseguiu fazer com que a firma formalizasse seu vínculo, com a anotação na carteira profissional, de que ele fazia parte de seu quadro de funcionários. Antes de entrar com o pedido para o benefício, Niero tentou demonstrar ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) o vínculo nos três anos como informal, por meio de documentos, como o certificado de alistamento e o título de eleitor da época em que constavam, em ambos, que ele era auxiliar de escritório, e ainda livros fiscais com sua caligrafia, por exemplo. Segundo o aposentado, o órgão sequer quis protocolar sua solicitação, alegando que a documentação não tinha relação direta com a empresa. O advogado previdenciário Thiago Luchin, do escritório Aith, Badari e Luchin Sociedade de Advogados, disse que o caminho para a revisão do benefício tem de ser mesmo pela via judicial, por que administrativamente a pessoa não terá êxito. E, embora já faça mais de 30 anos que ele tenha trabalhado informalmente, ainda há condições de recorrer à Justiça, já que são dez anos de prazo para a revisão do benefício. Mesmo pelo Judiciário, é difícil conseguir a inclusão do tempo informal de serviço. Há juízes que entendem que o trabalhador é hipossuficiente (ou seja, é a parte mais vulnerável), disse. No entanto, é preciso juntar documentos como hollerite, recibo de

pagamento e testemunhas. Dependendo da interpretação do juiz, mesmo nesses casos, a decisão pode ser desfavorável. É o que avalia o advogado Jairo Guimarães, do escritório Leite e Guimarães. Se ele tinha carteira profissional na época e aceitou trabalhar sem registro, o INSS não é obrigado a reconhecer, porque ele concordou com essa situação, disse. Por sua vez, Patrick Villar, do escritório Villar Advocacia, diz que há entendimento de que o tempo de serviço deve ser considerado, mesmo sem a contribuição no período, quando for comprovada a atividade. Fonte: Diário do Grande ABC

Jorge Caetano

Fermino

py